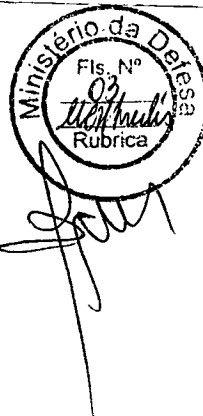




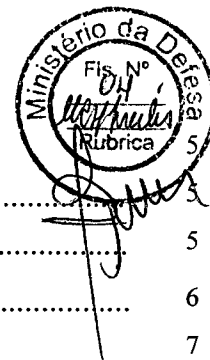
MINISTÉRIO DA DEFESA
FUNDO DO SERVIÇO MILITAR



Relatório de Gestão do exercício de 2012

BRASÍLIA - 2013

SUMÁRIO



1	IDENTIFICAÇÃO	
1.1	Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	5
1.2	Finalidade e Competências da Unidade.....	5
1.3	Organograma Funcional.....	6
2	INTRODUÇÃO	7
3	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES	8
3.1	Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada.....	8
3.2	Estratégias de Atuação frente aos Objetivos Estratégicos.....	8
3.3	Execução do Plano de Metas ou de Ações.....	9
4	ESTRUTURA DE AUTOCONTROLE DE GESTÃO	10
4.1	Avaliação do funcionamento dos Controles Internos.....	10
5	PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	11
5.1	Informações sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ.....	11
5.1.1	Informações sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	11
5.1.2	Informações sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	12
5.1.3	Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	12
5.2	Informações sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa.....	13
5.2.1	Identificação da Unidade Orçamentária da UJ.....	13
5.2.2	Programa de Despesas.....	13
5.2.2.1	Programa de Despesas Correntes.....	13
5.2.2.2	Programa de Despesas de Capital.....	13
5.2.2.3	Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.....	14
5.2.3	Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	14
5.2.4	Execução Orçamentária da Despesa.....	15
5.2.4.1	Despesas por Grupo e Elemento de Despesas – Créditos Originários.....	15
5.2.5	Demonstrações e análise do desempenho da UJ na execução orçamentária e financeira	16
6	TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	16
6.1	Informações sobre a movimentação e o saldo de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	16
7	CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	17
7.1	Recomendações do OCI atendidas no exercício.....	17



LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1	IDENTIFICAÇÃO DA UJ - RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	5
Quadro A.2.1	AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ.....	10
Quadro A.3.1	PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – TEMÁTICO.....	11
Quadro A.3.2	OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	12
Quadro A.3.3	AÇÕES VINCULADAS A PROG. TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	12
Quadro A.4.1	IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ.....	13
Quadro A.4.2	PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES.....	13
Quadro A.4.3	PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL.....	13
Quadro A.4.4	QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....	14
Quadro A.4.5	MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA.....	14
Quadro A.4.6	DESPESA POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS.	15
Quadro A.5.1	SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	16
Quadro A.6.1	RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI.....	17



LISTA DE SIGLAS

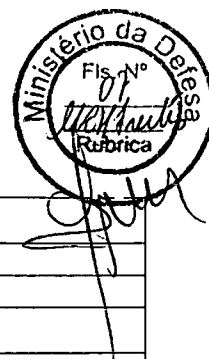
SIGLAS

- BB: Banco do Brasil
- BOL NEC: Boletim de Necessidades
- CEF: Caixa Econômica Federal
- CHELOG: Chefia de Logística
- CI/CDI: Certificado de Isenção / Certificado de Dispensa de Incorporação
- COMAR: Comando Aéreo Regional
- CS/CSFA: Comissão de Seleção / Comissão de Seleção de Forças Armadas
- COLIC: Coordenação de Licitação
- DEORF: Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças
- DEADI: Departamento de Administração Interna
- DFM: Diretoria de Finanças da Marinha
- DGOM: Diretoria de Gestão Orçamentária da Marinha
- DISEMI: Divisão de Serviço Militar
- DIRAP: Diretoria de Administração do Pessoal
- DN: Distrito Naval
- DPMM: Diretoria de Pessoal Militar da Marinha
- DSM: Diretoria de Serviço Militar
- ECT: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
- EMCFA: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
- EXAR: Exercício da Apresentação da Reserva
- FSM: Fundo do Serviço Militar
- JSM: Junta de Serviço Militar
- LSM: Lei de Serviço Militar
- MFDV: Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários
- MD: Ministério da Defesa
- OFOR: Órgãos de Formação da Reserva
- OSM: Órgãos de Serviço Militar
- PGC: Plano Geral de Convocação
- RLSM: Regulamento da Lei de Serviço Militar
- RM: Região Militar
- SECMIL: Seção de Coordenação Militar
- SECMOB: Seção de Mobilização Nacional
- SEF: Secretaria de Economia e Finanças
- SEFA: Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica
- SERMOB: Sistema Eletrônico de Recrutamento Militar e Mobilização
- SESMIL: Seção de Serviço Militar
- SM: Serviço Militar
- SRD: Serviço de Recrutamento Distrital
- SUBAPS: Subchefia de Apoio a Sistemas de Cartografia, de Logística e de Mobilização
- SUBMOB: Subchefia de Mobilização
- SUBILOG: Subchefia de Integração Logística

1 IDENTIFICAÇÃO

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL



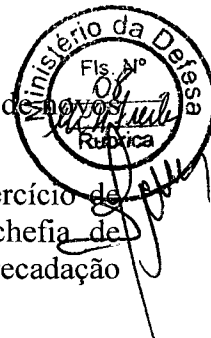
Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Defesa		Código SIORG: 041066	
Identificação da Unida Jurisdicionada			
Denominação Completa: Fundo do Serviço Militar			
Denominação abreviada: FSM			
Código SIORG: 041066 (MD)		Código LOA: 52903	Código SIAFI: 113413
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Contábil			
Principal Atividade: Defesa		Código CNAE: 8422-1/00 (MD)	
Telefone/Fax de Contato:	(061) 3312-4280	(061) 3312-4281	(061) 3312-8750
Endereço eletrônico: sesmil@defesa.gov.br			
Página na Internet: www.defesa.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco "Q", Sala 316, Plano Piloto, Brasília – DF, CEP 70049-900 – Brasília – DF.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da unidade Jurisdicionada			
Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 – Lei do Serviço Militar, que estabelece a natureza, a obrigatoriedade e a duração do Serviço Militar.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto 57.654, de 20 de janeiro de 1966 – Regulamento da Lei do Serviço Militar, que regulamenta as atividades de Serviço Militar.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Plano Geral de Convocação de 2013			
Unidades Gestoras relacionadas às atividades à unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
110404	Departamento de Administração Interna - DEADI		
772001	Diretoria de Gestão Orçamentária da Marinha - DGOM		
160509	Secretaria de Economia e Finanças - SEF		
120002	Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica - SEFA		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Gestão Tesouro		
Relacionamento entre unidade Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
113413		00001	

O Decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2010, aprovou a Estrutura Regimental e as atribuições do Ministério da Defesa, cabendo à Subchefia de Mobilização a administração do Fundo de Serviço Militar.

1.2 Finalidade e Competência Institucionais da Unidade

O Fundo do Serviço Militar, instituído pela Lei nº 4.375, Lei do Serviço Militar (LSM), de 17 de agosto de 1964 e regulamentado pelo Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966, destina-se a: prover os órgãos de Serviço Militar de meios que melhor lhes permitam cumprir suas finalidades; proporcionar fundos adicionais como reforço às verbas previstas e para socorrer a outras despesas relacionadas com a execução do Serviço Militar; permitir a melhoria das instalações e o provimento de material de instrução para os Órgãos de formação de Reserva das Forças Armadas, que não

disponham de verbas próprias suficientes; e propiciar os recursos materiais para a criação de novos Órgãos de Formação de Reserva.



De acordo com a Estrutura Regimental do Ministério da Defesa, em vigor no exercício de 2012, prevista no Decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2010, compete à Subchefia de Mobilização (SUBMOB) administrar os recursos do FSM, os quais são provenientes da arrecadação das multas e da taxa militar prescritas na LSM.

A citada Estrutura Regimental atribui, também, ao Departamento de Administração Interna (DEADI) a gestão interna da administração central do MD, motivo pelo qual foram repassados recursos referentes à concessão de diárias e aquisição de passagens para que sejam utilizados pelos integrantes da Subchefia de Mobilização e das Diretorias de Serviço Militar das Forças, em Visitas Técnicas de Serviço Militar e Visitas de Coordenação de Serviço Militar a serem realizadas nas sedes de Distritos Navais (DN), Regiões Militares (RM) e de Comandos Aéreos Regionais (COMAR), bem como Visitas de Estudos a nações amigas para conhecer a sistemática de recrutamento, colher subsídios e debater aspectos comuns relacionados ao Serviço Militar dos dois países.

Os demais repasses efetuados aos Comandos das Forças ocorreram por intermédio de seus respectivos órgãos financeiros, Diretoria de Finanças na Marinha (DFM), Secretaria de Economia e Finanças no Exército (SEF) e Secretaria de Finanças da Aeronáutica (SEFA), na Aeronáutica. Os recursos do FSM alocados às Forças destinaram-se a cumprir o previsto no Plano Geral de Convocação (PGC) de 2013, aprovado por intermédio da Portaria Normativa nº 194-A/MD, de 30 de janeiro de 2012, com atribuições previstas para o biênio 2012/2013.

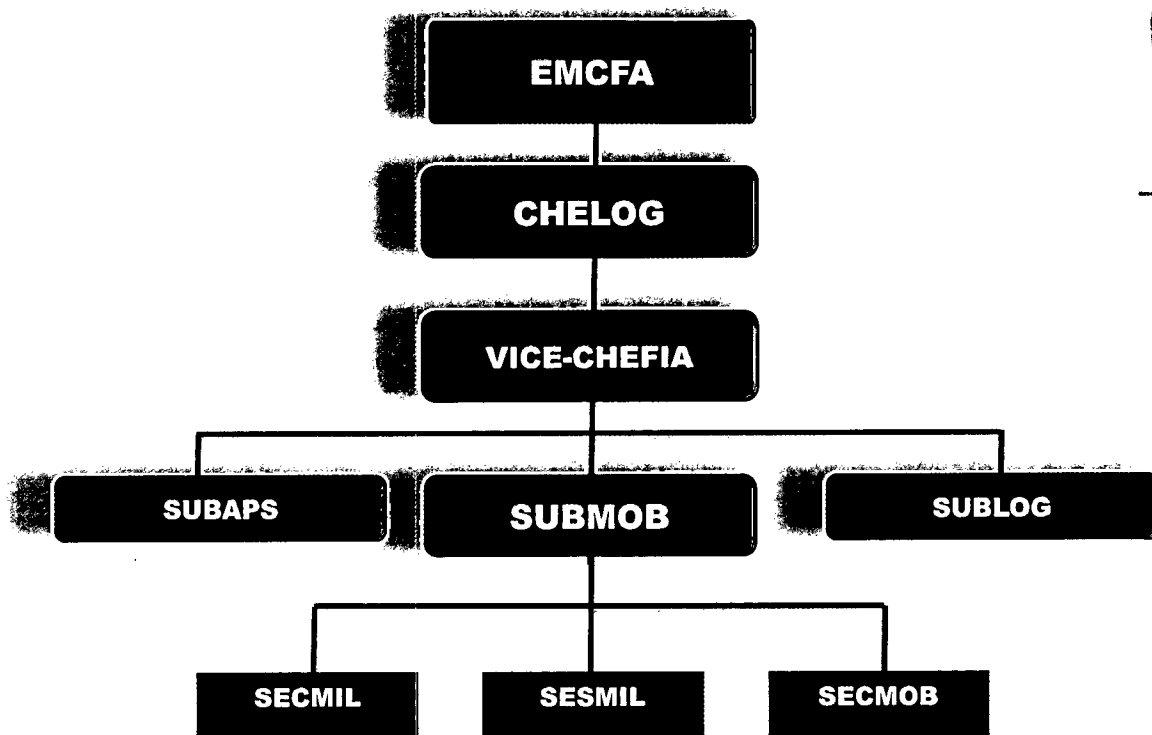
No tocante aos objetivos estratégicos, consubstanciados no PGC 2013, documento que estabelece as condições de recrutamento dos brasileiros do sexo masculino, da classe 1994 (ano de nascimento), para a prestação do Serviço Militar Inicial nas Formas Armadas no ano de 2013. Além do ato de convocação, o PGC regulou o alistamento militar nas 5.326 Juntas de Serviço Militar, distribuídas em todo o território nacional, cuja meta-física de alistar 1.650.000 jovens encontrava-se prevista na Lei Orçamentária Anual de 2012. Compondo o processo de recrutamento, tem-se, ainda, a seleção geral com 600.000 jovens, a distribuição com 200.000 jovens e a incorporação com cerca de 90.000 jovens.

Como síntese do processo de recrutamento, registrou-se, positivamente, que a meta-física prevista para 2012 foi ultrapassada ao se alistar 2.146.231 jovens, proporcionando um aumento no universo de alistados que concorreram à seleção geral, à distribuição e à incorporação. Por outro lado, o aumento no número de alistados sobrecarregou a capacidade de funcionamento das JSM nos seus respectivos municípios, que em média atendem 100 homens/dia, gerando filas no atendimento e retardos na expedição de documentos. Visando à redução desse impacto nas JSM, buscou-se, junto ao Tribunal Superior Eleitoral, uma parceria de forma cooperativa para a realização dos alistamentos militar e eleitoral, em função da semelhança no público alvo. Assim, está em andamento, tratativas para o estabelecimento dessa parceria em 2013.

A restrição no uso de recursos do FSM em concessões de diárias e aquisições de passagens afetou, negativamente, o acompanhamento das JSM, por parte dos Delegados de Serviço Militar, em suas áreas de responsabilidade, gerando retardo na elaboração de documentos e soluções a óbices identificados.

1.3 Organograma Funcional

A Seção de Serviço Militar (SESMIL), responsável pela gestão do FSM, está subordinada à Subchefia de Mobilização (SUBMOB), a quem compete a administração do Fundo do Serviço Militar, que, por sua vez, subordina-se à Chefia de Logística (CHELOG), do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), conforme organograma a seguir:



O Fundo é gerido por militares e servidores civis do Ministério da Defesa e pelos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, por meio de seus órgãos de direção de Serviço Militar: Diretoria de Pessoal Militar da Marinha (DPM), Diretoria de Serviço Militar (DSM), no Exército e Diretoria de Administração de Pessoal (DIRAP), na Aeronáutica.

Os demais repasses efetuados aos Comandos das Forças ocorrem por intermédio de seus respectivos órgãos financeiros, Diretoria de Finanças na Marinha (DFM), Secretaria de Economia e Finanças no Exército (SEF) e Secretaria de Finanças da Aeronáutica (SEFA), na Aeronáutica.

São os seguintes os macroprocessos finalísticos relacionados ao Serviço Militar, passíveis de identificação:

- Finalísticos: alistamento (cerca de 2.000.000 jovens); seleção (600.000 jovens); distribuição (200.000 jovens); e incorporação (90.000 jovens).
- De apoio: gestão do FSM (recurso previsto na LOA).

2 INTRODUÇÃO

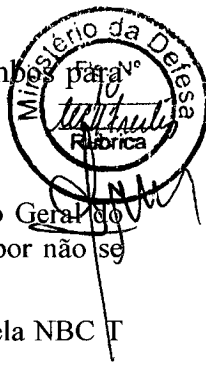
O presente Relatório de Gestão aborda a execução física e financeira do Fundo do Serviço Militar que se encontra inserido no Plano Plurianual (PPA), representado no orçamento pela Ação 2872- Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório, pertencente ao Programa 2058 – Política Nacional de Defesa.

De acordo com a Estrutura Regimental do Ministério da Defesa, cabe à Subchefia de Mobilização administrar os recursos do FSM, os quais são provenientes da arrecadação das multas (Fonte 174) e da taxa militar (Fonte 175), previstas na Lei de Serviço Militar, e rendimentos de aplicações financeiras (Fonte 180).

O Fundo não executa diretamente a despesa, repassa os recursos ao Departamento de Administração Interna e aos Comandos de Força (Marinha, Exército e Aeronáutica), para o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o exercício de 2012.

Dentre as realizações no exercício de 2012, destacam-se: 01 (um) Seminário sobre o alistamento no serviço militar; 05 (cinco) Visitas Técnicas de Serviço Militar; 02 (duas) viagens de estudos (Chile e EUA); 02 (duas) reuniões de coordenação; elaboração da campanha publicitária do

alistamento e da seleção; elaboração do Plano de Gestão e do Plano de Comunicação, ambos para 2013; consolidação do PGC para 2014; confecção do caderno de atividades para 2013.



Como Unidade Jurisdicionada, o FSM apresentará o Relatório de Gestão Individual.

De acordo com o previsto no Anexo II à DN TCU nº 119, DE 18 Jan 2012, Conteúdo Geral do Relatório de Gestão, os itens a seguir relacionados não foram abordados no presente relatório por não se aplicarem à realidade da UJ:

11.3 – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008;

11.6 – Parecer de Auditoria Independente; e

12.1 – Outras Informações consideradas relevantes pela UJ.

3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

3.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

O Fundo do Serviço Militar destina-se a complementar as dotações orçamentárias dos órgãos de Serviço Militar das Forças Armadas, provendo-os de meios que melhor lhes permitam cumprir suas finalidades. Para tanto, além do Plano Geral de Convocação, adotou como instrumento de planejamento institucional o documento intitulado PLANO DE GESTÃO 2012, elaborado pela Gerência da Seção de Serviço Militar, aprovado pela Subchefia de Mobilização. Teve por objetivo apresentar a previsão das atividades de Serviço Militar a serem realizadas pela Seção de Serviço Militar, no exercício de 2012, e a sua inserção no planejamento da Mobilização Nacional.

As seguintes atividades foram planejadas para o exercício de 2012:

- a) Elaborar o Plano Geral de Convocação de 2014.
- b) Elaborar o Caderno de Atividades de 2013.
- c) Realizar a análise dos projetos-de-lei com implicações na LSM e RLSM.
- d) Promover a divulgação do Serviço Militar, realizando as campanhas do alistamento, seleção geral, MFDV e EXAR.
- e) Administrar o Fundo do Serviço Militar, promovendo a arrecadação das multas e da taxa militar e realizando os repasses de recursos aos órgãos de serviço militar das Forças Armadas.
- f) Acompanhar o processo de aumento no valor da taxa militar.
- g) Realizar as Visitas Técnicas (VT) de Serviço Militar nas guarnições de Salvador, Manaus, Rio de Janeiro, Fortaleza e Porto Alegre.
- h) Realizar a Viagem de Estudos no Chile e nos EUA, a fim de conhecer a sistemática de recrutamento e colher subsídios sobre o Serviço Militar daqueles países.
- i) Promover duas reuniões de coordenação de Serviço Militar, no Rio de Janeiro e em Brasília.
- j) Prorrogar os Acordos de Cooperação com a Caixa Econômica Federal (CEF) e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) para a arrecadação da taxa militar e das multas.

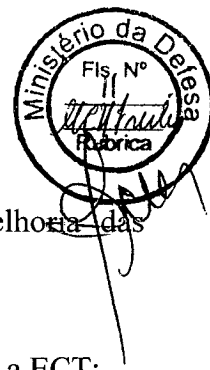
Como principal restrição para a obtenção dos objetivos estratégicos, identifica-se a manutenção do valor da taxa militar em R\$ 1,38, gerando arrecadação insuficiente ao crédito orçamentário previsto na LOA.

3.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

No tocante à administração do FSM, a Subchefia de Mobilização desenvolve sua competência por intermédio da Seção de Serviço Militar, e com a participação dos órgãos de direção do Serviço Militar das Forças: a DPMM (Marinha), a DSM (Exército) e a DIRAP (Aeronáutica).

Para atingir os objetivos estratégicos constantes do PGC 2013, as seguintes estratégias de atuação foram desenvolvidas:

a. Na fase do alistamento militar



- melhoria nas condições de funcionamento das JSM;
- informatização de todas as JSM;
- capacitação dos funcionários das Prefeituras Municipais alocados às JSM;
- atualização do aplicativo utilizado no alistamento militar;
- atuar junto aos Presidentes das JSM (Prefeitos Municipais) para a melhoria das condições de funcionamento das Juntas;
- proporcionar aos jovens que se alistam um tratamento digno;
- dar continuidade ao Projeto-Piloto de Pré-alistamento pela internet;
- elaborar Termos Aditivos referentes aos Acordos de Cooperação com a CEF e a ECT;
- aos dispensados do SM, o fornecimento dos documentos comprobatórios (CI/CDI);
- manter o banco de dados atualizado; e
- reduzir o tempo de permanência nas Juntas.

b. Na fase da seleção geral

- melhoria das instalações das comissões de seleção (CS);
- atualização do aplicativo utilizado na seleção geral;
- atualização dos testes aplicados na seleção;
- acompanhamento dos índices de incapacitação física;
- manter o banco de dados atualizado; e
- capacitação dos militares integrantes das CS/CSFA.

c. Na fase da distribuição

- realizar a distribuição conforme as necessidades das Forças apresentadas no Boletim de Necessidades (Bol Nec), com uma majoração de 100% da necessidade; e
- adotar a seguinte prioridade na distribuição de conscritos: órgãos de formação da reserva (OFOR) e Força que incorpora o menor efetivo (Marinha, Aeronáutica e Exército).

d. Na fase da incorporação

- realizar a incorporação de acordo com o Bol Nec apresentado por cada Força.

Em decorrência da elevação do número de alistados, com a consequente sobrecarga nas JSM, principalmente nos grandes centros, houve a necessidade de se criar novas Juntas para uma melhor distribuição geográfica dos efetivos a se alistar.

3.3 Execução do Plano de Metas ou de Ação

As atividades previstas no Plano de Gestão 2012 foram executadas conforme a seguir:

a) Descentralização às Forças dos recursos orçamentários de acordo com os limites estabelecidos pelo Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças (DEORF) para o cumprimento das missões dos diversos órgãos de Serviço Militar.

Os recursos descentralizados permitiram a organização e execução de comissões volantes em municípios tributários, mas não possuidores de organizações militares, para a realização da seleção geral e especial. Permitiram a melhoria das instalações das Comissões de Seleção das Forças Armadas (CSFA), dos Serviço de Recrutamento Distrital (SRD) e dos Serviços Regionais de Recrutamento e Mobilização (SERMOB).

b) Mensalmente o Banco do Brasil (BB), a Caixa Econômica Federal (CEF) e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), instituições encarregadas da arrecadação da taxa (Fonte 175) e multas (Fonte 174) do Serviço Militar, realizaram o repasse dos respectivos valores arrecadados referentes ao mês anterior. Os valores informados pelas instituições arrecadoras foram confrontados com os valores depositados no SIAFI, constatando-se que os valores conferem com os informados. O BB e a CEF informam, mensalmente, os rendimentos de aplicações financeiras (Fonte 180) que são apropriados no SIAFI.

Os recursos arrecadados com taxa, multas e aplicações do Fundo compõem o financeiro correspondentes aos créditos previstos na LOA. O valor da taxa militar, congelado em R\$ 1,38 desde o ano 2000, tem sido insuficiente para fazer face aos créditos disponibilizados pela LOA.

Durante o exercício de 2012, créditos no valor de R\$ 744.245,20 deixaram de ser utilizados pela arrecadação insuficiente do financeiro.

Visando à atualização do valor da taxa militar, foi elaborado um processo que se encontra na Casa Civil, desde 2012, para sanção presidencial. Espera-se, com o novo valor da taxa militar, elevar a arrecadação do financeiro ao teto da LOA.

c) O FSM custeou a elaboração e a distribuição dos impressos de utilização comum às Forças, tais como formulários de arrecadação da taxa militar e multas, certificados militares, PGC e caderno de atividades.

Tais impressos são necessários ao funcionamento das diversas atividades empreendidas pelos órgãos de serviço militar das Forças Armadas. Com a unificação do recrutamento para o SMI em 2002, diversos impressos foram reformulados visando a utilização comum entre as Forças.

d) Nas comunicações referentes às descentralizações do FSM, constaram orientações quanto à correta aplicação dos recursos destinados à manutenção do Sistema de Serviço Militar de acordo com o art 68/LSM.

Segundo orientações do controle interno do MD, os órgãos de serviço militar (OSM) foram alertados quanto à destinação correta dos recursos do FSM. Relatórios detalhados da despesa antes e depois da aplicação dos recursos passaram a ser exigidos dos Comandos das Forças.

e) Os seguintes Termos Aditivos, referentes aos Acordos de Cooperação, foram assinados pela SESMIL em 2012:

- Segundo Termo Aditivo nº 016 – DISEMI/COLIC/2012, referente ao Acordo de Cooperação nº 003/DISEMI- COLIC/2009, com a ECT, com vigência de 28 de abril de 2012 a 27 de abril de 2013.

- Segundo Termo Aditivo nº 022 – SESMIL/COLIC/2012, referente ao Acordo de Cooperação nº 009/DISEMI, em 1º de junho de 2010, com a CEF, com vigência de 1º de junho de 2012 a 31 de maio de 2013.

Tais instrumentos de cooperação são necessários à arrecadação dos recursos que compõem o FSM. A capilaridade das citadas instituições financeiras permite que haja arrecadação em todo o território nacional.

f) Foi realizado o assessoramento à Subchefia de Mobilização quanto à descentralização dos recursos do Fundo de Serviço Militar.

Considerando-se as restrições existentes para a aplicação do FSM, um planejamento anual foi realizado para o exercício financeiro de 2012. Com base nesse planejamento, as descentralizações foram executadas visando atender as necessidades das Forças e do próprio MD.

4 ESTRUTURA DE AUTOCONTROLE DE GESTÃO

4.1 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO A.2.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			X		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X

9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			X		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			X		
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise Crítica: o Órgão de Controle Interno do MD tem exercido uma ação permanente sobre a administração do FSM. No decorrer do exercício, a gestão do FSM tem acatado as orientações da Ciset e colocado em prática essas orientações visando a correta aplicação e o controle da despesa.					

5 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

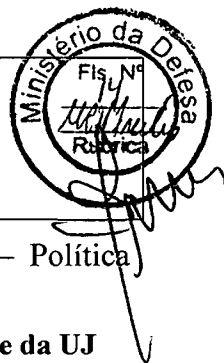
5.1 Informações sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

5.1.1 Informações sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

QUADRO A.3.1 PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – TEMÁTICO

Identificação do Programa de Governo		
Código Programa	2058	
Título	Política Nacional de Defesa	
Órgão Responsável	Ministério da Defesa	
Objetivos Relacionados ao Programa		
Código	Descrição	Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento
52000 0547	Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos	Ministério da Defesa

campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional
--



Análise crítica: o Fundo do Serviço Militar encontra-se inserido neste Programa 2058 – Política Nacional de Defesa – porém é de responsabilidade do Ministério da Defesa.

5.1.2 Informações sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

QUADRO A.3.2– OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação do Objetivo						
Código	52000 0547					
Descrição	Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.					
Programa	2058					
Órgão Responsável	Ministério da Defesa - EMCFA					
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Alistar 7.198.400 pessoas para o Serviço Militar Obrigatório	Unidade	1.650.000	2.146.231	8.154.783,00	7.152.571,39

Análise crítica: o FSM é abrangido pelo objetivo 0547, porém de responsabilidade do Ministério da Defesa. Tem como meta alistar 7.198.400 jovens no período abrangido pelo PPA. No exercício de 2012, a meta física de alistar 1.650.000 jovens, prevista na LOA, foi ultrapassada em 30%.

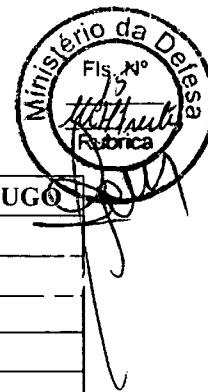
5.1.3 Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

QUADRO A.3.3 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código		10.52903.05.122.2058.2872				
Descrição		Complementação do atendimento às necessidades das Forças Singulares para a execução de todas as fases do Sistema de Serviço Militar. Destina-se à manutenção das instalações, aquisição e manutenção de material e provimento de outros recursos para execução das atividades de Serviço Militar: Alistamento; Seleção Geral e Especial; Distribuição; Seleção Complementar; Designação; Incorporação/Matrícula; e Exercício de Apresentação da Reserva.				
Iniciativa		0237 - Aperfeiçoamento e integração dos sistemas de serviço militar das Forças Armadas				
Unidade Responsável		Ministério da Defesa				
Unidade Orçamentária		52903 – Fundo do Serviço Militar				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
8.154.783,00	8.688.116,00	7.152.571,39	4.674.952,12	110.041,13	2.477.619,27	4.564.910,99
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Alistar 7.198.400 pessoas para o Serviço Militar Obrigatório	Unidade	1.650.000	2.146.231	8.154.783,00	7.152.571,39

Análise crítica: a Ação 2872, que visa prover os OSM das Forças Armadas de meios que melhor lhes permitam cumprir suas atividades de Serviço Militar, descentralizou às Diretorias de Serviço Militar das Forças recursos proporcionais aos efetivos a serem alistados, selecionados e incorporados. Como pode ser constatada, a meta financeira realizada no exercício foi aquém da prevista, em função da arrecadação da taxa e das multas ter sido insuficiente, decorrente do valor congelado da taxa militar em R\$ 1,38. O montante de restos a pagar (processados e não processados) não tratará reflexos ao exercício de 2013, pois as descentralizações realizadas no exercício de 2012 foram acompanhadas do respectivo financeiro.

5.2 Informações sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa



5.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

QUADRO A.4.1 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Fundo do Serviço Militar	52903	113413
Departamento de Administração Interna - DEADI	52101	110404
Diretoria de Gestão Orçamentária da Marinha - DGOM	52131	772001
Secretaria de Economia e Finanças - SEF	52121	160509
Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica - SEFA	52111	120002

5.2.2 Programação de Despesa

5.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

QUADRO A.4.2 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA						7.054.783	6.289.823
	LOA						7.054.783	6.289.823
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total							7.054.783	6.289.823

Fonte: SIAFI

5.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

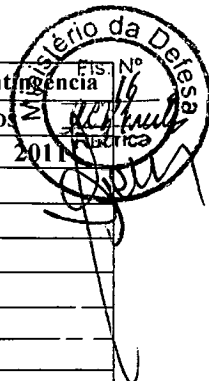
QUADRO A.4.3 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA		1.100.000	1.100.000				
	LOA		1.100.000	1.100.000				
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais							
	Extraordinários							
Créditos Cancelados								
Outras Operações								
Total			1.100.000	1.100.000				

Fonte: SIAFI

5.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

QUADRO A.4.4- QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA



Origem dos Créditos Orçamentários		7-Despesas Correntes		8-Despesas de Capital		9-Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA	7.054.783	6.289.823	1.100.000	1.100.000		
	LOA	7.054.783	6.289.823	1.100.000	1.100.000		
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total		7.054.783	6.289.823	1.100.000	1.100.000		

Fonte: SIAFI

Análise crítica

A previsão inicial de 1.650.000 jovens alistados em todo o território nacional, constante da LOA 2012, foi ultrapassada em 496.231 jovens. O número de alistados no exercício foi de 2.146.231 jovens, sendo 30% superior à meta prevista inicialmente. Em relação ao processo de alistamento e seleção para o Serviço Militar Obrigatório, verifica-se que os objetivos estabelecidos para o exercício foram ultrapassados, em função do ano do exercício ter sido também um ano eleitoral. Assim, o público alvo do alistamento militar foi semelhante ao público alvo do alistamento eleitoral, gerando maior procura pelas JSM. A ampliação no período do alistamento militar, passando de 30 abril para 31 maio, permitiu a ultrapassagem da meta prevista para o alistamento em 2012.

No exercício financeiro de 2012, não houve contingenciamento de recursos do Fundo do Serviço Militar. No entanto, ao final desse exercício, deixaram de ser aplicados R\$ 744.245,20 dos recursos disponibilizados na LOA. Tal fato decorreu em função da arrecadação das multas e taxa do serviço militar ser insuficiente para o crédito disponível. O valor congelado da taxa militar em R\$ 1,38, desde o ano 2.000, não tem possibilitado o empenho integral dos recursos previstos na LOA. Necessário se faz solicitar a liberação de financeiro que permita a utilização do valor integral da LOA, considerando que existe saldo positivo do FSM depositado na Secretaria do Tesouro Nacional.

5.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

QUADRO A.4.5 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Natureza da Movimentação de Crédito		UG	Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	110404	52.903.05.122.8026.2872			164.879,22
	Concedidos	772001	52.903.05.122.8026.2872			844.086,48
Movimentação Externa	Concedidos	160509	52.903.05.122.8026.2872			4.229.453,69
	Concedidos	120002	52.903.05.122.8026.2872			1.078.791,03
Natureza da Movimentação de Crédito		UG	Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	110404	52.903.05.122.8026.2872	-		
	Concedidos	772001	52.903.05.122.8026.2872	126.903,18		
Movimentação Externa	Concedidos	160509	52.903.05.122.8026.2872	730.000,00		
	Concedidos	120002	52.903.05.122.8026.2872	236.424,89		

Fonte: SIAFI

5.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

5.2.4.1 Despesa por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários

O Fundo do Serviço Militar não executa diretamente despesas. O Departamento de Administração Interna (DEADI/SEORI-MD) e os órgãos de serviço militar dos Comandos Militares realizam despesas com recursos do FSM. A seguir, tem-se as despesas correntes e as de capital, nos anos de 2011 e 2012, distribuídos por elemento de despesa.

QUADRO A.4.6 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA- CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
Demais elementos grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
Demais elementos grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
Outros serviços de terceiros	3.678.972,97	3.450.854,29	2.116.660,58	2.401.257,74	1.562.312,39	412.610,82	2.023.577,66	2.387.407,77
Material de consumo	1.869.091,21	2.092.002,06	1.586.179,82	1.671.009,39	282.911,39	138.684,34	1.579.570,68	1.643.651,90
Diárias de militar	396.543,41	427.488,34	395.458,64	427.488,34	1.084,77	0,00	395.283,39	414.871,49
Demais elementos do grupo	116.071,97	95.937,15	100.419,54	84.262,60	15.652,43	12.985,26	98.719,54	84.262,60
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Equip e material permanente	1.091.891,83	999.468,69	476.233,54	580.785,29	615.658,29	302.767,76	467.759,72	574.025,79
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos grupo								
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
Demais elementos grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
Demais elementos grupo								

Fonte: SIAFI



5.2.5 Demonstrações e análise do desempenho da UJ na execução orçamentária e financeira

O Fundo do Serviço Militar não realiza diretamente a despesa, porém repassa os recursos disponibilizados na LOA para as seguintes Unidades Orçamentárias, que por sua vez planejam e executam a despesa: no MD: Departamento de Administração Interna (DEADI-52101), e para os Comandos das Forças, por intermédio dos seguintes órgãos: na Marinha - Diretoria de Gestão Orçamentária da Marinha (DGOM-52131); no Exército - Secretaria de Economia e Finanças (SEEF-52121); na Aeronáutica - Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA-52111).

No exercício de 2012, a LOA dotou o FSM dos seguintes valores: R\$ 7.054.783,00 (em despesas correntes) e R\$ 1.100.000,00 (em despesas de capital). No âmbito do MD, não foi imposto nenhum limite orçamentário ao Fundo, permitindo o empenho total dos recursos previstos na LOA.

No entanto, para a obtenção do financeiro o Fundo depende da arrecadação de taxa e multas militares e rendimentos de aplicações financeiras, previstas na LSM. As Fontes utilizadas são: 174, 175 e 180. Para o cálculo das multas, toma-se por base o valor da taxa militar, atualmente congelado em R\$ 1,38. Em consequência, a arrecadação anual do financeiro tem sido insuficiente para atingir o valor orçamentário (créditos) disponibilizado na LOA.

A seguir, estão os recursos do Fundo, com os respectivos percentuais, repassados ao DEADI e às Forças, em 2012:

RECURSOS REPASSADOS EM 2012		
UG FAVORECIDAS	VALORES	PERCENTUAIS
DEADI	164.879,22	2,00%
MARINHA	970.989,66	11,90%
EXÉRCITO	4.959.453,00	60,80%
AERONÁUTICA	1.315.215,92	16,13%
Total descentralizado	7.410.537,80	90,83%
Crédito não descentralizado	744.245,20	9,17%
LOA	8.154.783,00	100,00%

Observa-se que R\$ 744.245,20 não foram descentralizados em decorrência da arrecadação ter sido insuficiente. Tal fato não permitiu ao Fundo atender a todas as necessidades das Forças na área do SM.

No tocante aos limites impostos no cronograma de desembolso, um limite mensal de pagamento foi imposto ao Fundo, sendo o montante total distribuído ao longo do exercício financeiro. No entanto, esse limite mensal não gerou impacto na execução das ações do SM.

Referente à movimentação interna, apenas ao DEADI foram repassados recursos (R\$ 164.879,22) para a aquisição de passagens e concessão de diárias, feitas por intermédio do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), do governo federal. As movimentações externas foram direcionadas aos Comandos das Forças, que repassaram às suas Diretorias de Serviço Militar (DPMM, DSM e DIRAP), totalizando R\$ 7.245.658,58.

O indicador institucional adotado na Ação 2872 refere-se ao número de pessoas alistadas. A previsão inicial constante da LOA 2012 foi de 1.650.000 jovens alistados, sendo esta meta foi ultrapassada em 30%, alcançando 2.146.231 jovens alistados. No tocante a indicadores para medir o desempenho orçamentário e financeiro, não foram estabelecidos para o FSM.

6 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

6.1 Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

QUADRO A.5.1- SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	60.583,81	-13.105,55	47.308,76	169,50

2010				
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	1.900.947,17	-37.294,34	1.847.838,62	15.814,21
2010	2.868,96	-2.868,96		
...				

Fonte: SIAFI

Análise crítica:

O FSM, por ter o financeiro atrelado à arrecadação dos Fundos 174, 175 e 180, adotou a estratégia de realizar a descentralização de créditos aos Comandos das Forças seguida da programação financeira, de maneira que a inscrição em RP tem o seu pagamento executado a cargo da Forças que realizou a despesa.

Com a citada estratégia, a gestão do FSM não identificou impactos na gestão financeira do exercício de referência decorrente de pagamentos de RP realizados.

Pelo Quadro A.5.1, observa-se que não houve permanência de RP Processados e Não Processados por mais de um exercício financeiro. O pagamento de R\$ 2.868,96 em RP Não Processado realizado em 2010 foi cancelado em seguida.

Quando ao registro no SIAFI de RP de exercícios anteriores sem que sua vigência tenha sido prorrogada por decreto, não houve o registro desse evento.

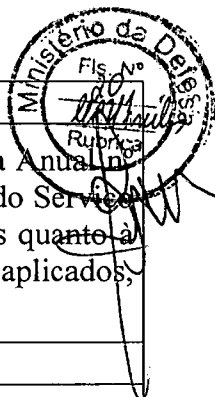
Cita-se como evento positivo a Ordem Fragmentária expedida pelo Comandante do Exército as suas Organizações Militares que deveriam, na execução de exercício financeiro, ter os RP liquidados e pagos até o mês de agosto.

7 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

7.1 Recomendações do OCI atendidas no exercício

QUADRO A.6.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
FUNDO DO SERVIÇO MILITAR			041066
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório de Auditoria de Anual de Contas nº 044/2012/Geaud/Ciset-MD	2.5.1.1.1	Memo nº 167/2012/Ciset MD
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
FUNDO DO SERVIÇO MILITAR			041066
Descrição da Recomendação:			
Procedimentos e Instruções padronizados e formalizados – na Análise da Auditoria, o OCI manifestou o entendimento na linha de que o estabelecimento de diretrizes, mediante a edição de normativo, voltados a conduzir o procedimento do Fundo, notadamente no que tange as condições de elaboração, de análise e de aprovação dos competentes planos de trabalhos, instruídos no âmbito dos Comandos das Forças, bem como quanto à prestação de contas dos recursos aplicados, de modo a estabelecer requisitos mínimos atinentes à priorização, às especificações dos bens adquiridos ou serviços contratados, a natureza de despesa, o valor e a unidade que efetivamente aplicará os recursos.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
FUNDO DO SERVIÇO MILITAR			041066

**Síntese da providência adotada:**

Em 15 de outubro de 2012, cumprindo a orientação constante do Relatório de Auditoria Anual nº 044/2012, foi elaborada uma proposta de Portaria sobre a gestão dos recursos do Fundo do Serviço Militar, NUP 60320.000735/2012-94, que normatiza os procedimentos a serem tomados quanto à elaboração do Plano de Trabalho, bem como quanto à prestação de contas dos recursos aplicados, visando disciplinar o processo de gestão do FSM.

Síntese dos resultados obtidos

A proposta de portaria encontra-se em análise na DILEG/DEORG/SEORI.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A Portaria disciplinará a elaboração do Plano de Trabalho e a prestação de contas dos recursos aplicados.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
FUNDO DO SERVIÇO MILITAR			041066
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Relatório de Auditoria de Anual de Contas nº 044/2012/Geaud/Ciset-MD	2.5.2.1.1	Memo nº 167/2012/Ciset/MD
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
FUNDO DO SERVIÇO MILITAR			041066
Descrição da Recomendação:			
Controles Internos adequados contribuem para a consecução dos resultados planejados – na Análise da Auditoria, o OCI manifestou que as solicitações de crédito encaminhadas pelos diversos Comandos Militares ao FSM, bem como as comprovações de despesas apresentaram fragilidades, não cumprindo os requisitos exigidos. Retificou a necessidade de constar nos pedidos de créditos, além do detalhamento da despesa, a indicação da unidade gestora que efetivamente executará a despesa, e em relação aos processos de comprovação das despesas, o lançamento da nota de empenho, contendo a descrição dos serviços realizados e ou dos materiais adquiridos.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
FUNDO DO SERVIÇO MILITAR			041066
Síntese da providência adotada:			
No início do exercício 2012, passou-se a exigir nas solicitações de créditos dos Comandos Militares o código da UG que efetivamente aplicará o recurso, a descrição da UG, ND, valor e em que será aplicado. Após a aplicação do recurso, a obrigatoriedade de apresentar um relatório detalhado correspondente ao valor descentralizado, devendo citar as Notas de Empenho, com vistas a assegurar que a aplicação do recurso ocorreu em benefício das ações do Serviço Militar.			
Síntese dos resultados obtidos			
Quanto às solicitações de créditos, os Comandos Militares atenderam as orientações do FSM. No tocante ao relatório detalhado da despesa, não foi possível citar as NE a cada descentralização realizada. Somente ao término do exercício financeiro de 2012 foi possível aos Comandos Militares apresentarem o citado relatório contendo as NE.			

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Com a imposição da citação do número das NE no relatório detalhado da despesa só podendo ser atendida ao término do exercício financeiro, o acompanhamento da despesa a ser realizado pelos Comandos Militares com recursos do FSM, só pode ser concretizado naquele momento.



Brasília, 12 de abril de 2013

BRUNO HENRIQUE DE AVELAR FRANCISCO – Cel
Ordenador de Despesas do Fundo do Serviço Militar